



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE “CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2017/2018 – EB DE ARCOS DE VALDEVEZ” ADJUDICADO À SOCIEDADE COMERCIAL CERGER – SOCIEDADE DE ATIVIDADES HOTELEIRAS, S.A.”, DE CARNAXIDE, OEIRAS [PF 325/2017]-----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **6 de setembro de 2016**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, Chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga, na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa coletiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com o seu Despacho de 31 de agosto de 2017, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Dr. Rodolfo Marques de Vicente Ferreira, casado, natural de S. Sebastião da Pedreira – Lisboa, com domicílio profissional na Rua da Garagem, 10, Carnaxide, titular do cartão de cidadão nº 11441239, que outorga na qualidade de **Presidente do Conselho de Administração e procurador**, em representação da sociedade comercial anónima denominada “**CERGER – SOCIEDADE DE ATIVIDADES HOTELEIRAS, SA**”, com sede na Rua da Garagem, nº 10, Carnaxide, Oeiras, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, com a matrícula correspondente ao número fiscal de contribuinte 503285196, com o capital social de € 500.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respetivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----

Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal de **31 de agosto de 2017**, adjudicou, por Ajuste Direto, nos termos dos artigos 20º, nº 1, alínea a), e 125º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, doravante designado de CCP, à representada do segundo outorgante, a **“CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2017/2018 – EB DE ARCOS DE VALDEVEZ”**. -----

Pelo referido Despacho a Presidência da Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O preço contratual é de € **70.437,50 (setenta mil quatrocentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos)**, correspondente ao valor diário de € **1,15/refeição**, a que acresce o IVA, à taxa legal em vigor, para o prazo de fornecimento definido na Cláusula Quarta. -----

Terceira: Constitui objeto do presente contrato a confeção e o fornecimento de refeições diárias (2ª a 6ª feira), durante os períodos de atividades letivas, no refeitório da EB de Arcos de Valdevez – Prof. António Melo Machado. -----

Quarta: 1. O prazo de execução do presente contrato corresponde ao ano letivo de 2016/2017, com a duração previsível de **175** dias de aulas, de acordo com o calendário escolar definido, e produz efeitos desde o primeiro dia de aulas - **13 de Setembro de 2017**. -----

2. A representada do segundo outorgante obriga-se a servir, no referido prazo, um número de refeições diárias para um universo estimado de cerca de **350** alunos. -----

Quinta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de fornecimento será efetuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente fatura. -----

Sexta: O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte: -----

- Classificação Orgânica – **Capítulo 02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

- Classificação Económica – **Agrupamento 02** – Aquisição de Bens e Serviços; **Subagrupamento – 01** – Aquisição de bens; **Rubrica 05** – Alimentação – Refeições confeccionadas. -----

Sétima: 1 - A assunção de compromissos plurianuais relativos ao presente contrato foi precedida de autorização genérica da Assembleia Municipal, conferida na sessão ordinária realizada em **23 de novembro de 2016**, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromisso e dos Pagamentos em Atraso). -----

2 - Os referidos compromissos serão repartidos em conformidade com o preço contratual e tendo em conta o prazo de execução do contrato, da seguinte forma, IVA incluído: -----

- No ano de 2017 – € 29.108,80; -----

- No ano de 2017 – € 50.485,58. -----

Oitava: O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 130º, nº1 da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

Nona: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Décima: 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) **O caderno de encargos;** -----

d) **A proposta adjudicada.** -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

Décima Primeira: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do CCP. -----

Décima Segunda: O segundo outorgante **declara aceitar, para sua representada,** o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Terceira: Que se obriga a realizar o fornecimento objeto deste contrato dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **26-07-2017**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Oeiras-2, em **01/08/2017**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 4145-1823-2189, subscrita em 04-11-2010 e válida até **04-11-2017**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade; d) Procuração conderida ao segundo outorgante em **06-08-2016**, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes do mesmo para outorgar neste contrato; d)

Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; e) Declaração Anexo II do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim, António G. S. Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----

António G. S.
António G. S.
António G. S.

Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **146/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **57/2017**